



MUNICÍPIO DE REBOUÇAS

PAÇO MUNICIPAL CAETANO CASTAGNOLI

Rua José Afonso Vieira Lopes, 96 - Fone (42) 3457-1299 CEP 84.550-000
CNPJ – 77.774.859/0001-82 - Rebouças – Paraná

PROJETO DE LEI Nº 33/2024

Súmula: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rebouças para o exercício financeiro de 2025.

A Câmara Municipal de Rebouças, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Rebouças, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2025, abrangendo os Órgãos de Administração Direta e os Fundos Municipais, fica estimado e fixado, para receitas e despesas, respectivamente, em R\$ 94.613.000,00.

Art. 2º - Os orçamentos dos Fundos Municipais de Saúde, dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Desenvolvimento Rural e de Meio Ambiente, integram o Orçamento Fiscal e estão programados nas Secretarias Municipais às quais estão vinculados.

Art. 3º - Em consonância com o inciso III do artigo 27 da Lei Municipal nº 2.594/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025), fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares aos Orçamentos do Poder Executivo, Legislativo e Fundos Municipais até o limite de 30% (trinta por cento), do total geral do Orçamento Fiscal, nos termos da legislação vigente, podendo ser de um projeto/atividade para outro e de um órgão para outro, respeitada a compatibilidade de fontes de recursos e a não redução das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, servindo como recursos para tais suplementações quaisquer das formas definidas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 1º - Ficam também autorizadas, não sendo computados para fins do limite de que trata o artigo 3º da presente Lei, a abertura de créditos adicionais suplementares por superávit financeiro de exercício(s) anterior(es).

§ 2º - Não será computado no limite de que trata o artigo 3º da presente Lei, os créditos adicionais suplementares abertos a conta da dotação orçamentária consignada em Reserva de Contingência, para o atendimento das despesas emergenciais e imprevistas.

§ 3º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder à abertura de seus créditos adicionais suplementares através de Resolução até o limite previsto no *caput* deste artigo, servindo como recurso para tais suplementações somente o cancelamento de dotações de seu próprio orçamento.



MUNICÍPIO DE REBOUÇAS

PAÇO MUNICIPAL CAETANO CASTAGNOLI

Rua José Afonso Vieira Lopes, 96 - Fone (42) 3457-1299 CEP 84.550-000
CNPJ – 77.774.859/0001-82 - Rebouças – Paraná

Art. 4º - Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previstas no “caput” do artigo 18 da Lei Complementar 101/2000 na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra unidade orçamentária ou programa de governo, consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal 4.320/64 de 17/03/64.

Art. 5º - O Poder Executivo fica tanto autorizado quanto obrigado, a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º - O Poder Executivo fica autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite legalmente permitido.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2.000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a defesa das ações judiciais e/ou assistência jurídica, defesa nacional, segurança pública, defesa civil, trânsito, educação de nível médio, técnico e superior, saúde pública, incentivo à indústria e comércio, e assistência social.

Art. 9º - Concluído o exercício financeiro de 2025, será encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 31 de janeiro de 2026, relatório comprovando o atendimento das metas e quantitativos estabelecidos no Sistema de Planejamento Integrado, para fins de atendimento das demandas sociais municipais.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Caetano Castagnoli, Rebouças/PR, em 30 de setembro de 2024.



LUIZ EVERALDO ZAK
Prefeito Municipal